

Houve um tempo em que o povo Pankararé estava proibido de dançar (ou "enfrentar") o Toré. Foi um tempo de resistência, de construir terreiros em aldeias distantes, de sair à noite de casa e andar 60 Km a pé para dançar no Brejo dos Padres (área de seus irmãos Pankararú). Este tempo não era o de séculos passados; era o de agora e durou até o final da década de 1960.

A repressão às manifestações culturais indígenas não era comandada por portugueses, mas por políticos do município baiano de Glória, vizinho de Brejo do Burgo, onde vivem os 1.500 Pankararé. Os capachos que comandavam a opressão eram jagunços (hoje um deles é vereador do PDS no município). O que visavam e visam seus mandantes com o acirramento do conflito: ganhar as graças, em forma de votos na eleição, dos posseiros que se instalaram nas terras indígenas.

Hoje os Pankararé contam muitos casos de "empatamento" da dança. Falam de invasões nos terreiros, de prisões, de intimações que recebiam da polícia pelo fato de estarem dançando. Falam até de uma tocaia, preparada no meio da noite, para impedi-los de ir ao terreiro dos Pankararú, onde a dança era livre. Falam de uma viagem que fizeram a Paulo Afonso e ao Recife, para pedir a um tal "Major", que acabasse com a repressão contra o Toré.

No Brejo do Burgo, há atualmente, dois terreiros importantes: o do Nascente, na Aldeia do Poço, que está em funcionamento, e o do Poente, no Brejinho. Mas não são os únicos locais escolhidos para a dança. Eles também "enfrentam" o Toré na Aldeia da Serrota, Aldeia do Chico, já no Raso da Catarina (neste local geralmente fazem a festa a 15 de agosto — festa de Cosme e Damiano), e em terreiros de algumas casas. O Toré é feito, normalmente, duas vezes por mês. É dançado por mulheres e homens, em pares.

Gorinho, Velho de Pifânio, João de Pifânio, Manezinho, Melquiades, Joãozinho do finado Amarino, Nelza, Deza e as netas do velho Manoel Eugênio são alguns dos cantadores do terreiro Nascente. As músicas são misturas de reminiscências de palavras dos "antigos" com portugueses. Tem as mesmas características do Toré que é dançado por outros povos do Nordeste. Estas semelhanças existem, pois alguns grupos aprenderam com outros. Os Tuxá, por exemplo, ensinaram os Kiriri e os Atikum, e ajudaram a "levantar" o Toré dos Kapinawá.

O PRAIÁ

Mas o Toré não é a única manifestação cultural dos Pankararé e Pankararú. Há ainda os Praiá, acompanha-

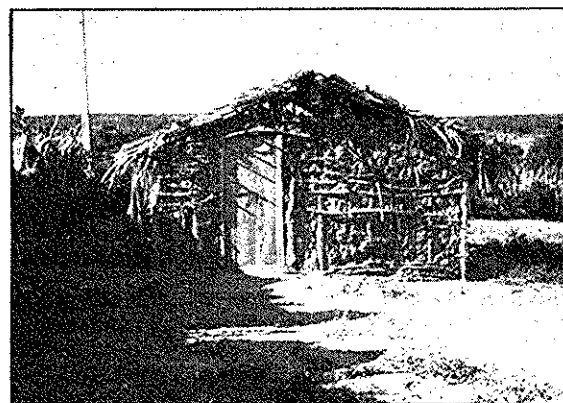
Na cultura revitalizada, a resistência de um povo



Na festa dos Praiá, a Jurema (no tacho) ajuda a chamar os encantos



Velhos como Manoel Eugênio são a memória dos Pankararé



Poró: de pé, apesar das ameaças

dos da Jurema e do Kampriô. "O Praiá — define o velho Manoel Eugênio — é a força dos índios, é a força dos encantos, é a ciência. Cada roupa tem um nome. Quando uma pessoa tá doente e pede ajuda ao Praiá, ele ensina remédio, chá, defumador, banho, ou manda pro médico; mas, se ele disser que não adianta, pode desistir". O Praiá, tanto nos Pankararé quanto nos Pankararú, é feito para pagar promessas ou nas festas de São João, do Umbu e do Caju. Quando alguém fez uma promessa ao Praiá e fica curado, os índios compram peixe, fazem pirão e combinam para dançar. Manoel Eugênio ainda explica: "Só fala com o encanto quem se manifesta. E quem tem manifesto com ele é o Particular. Ainda tem muita gente aqui que tem manifesto com os encantos. É uma coisa que não tá esquecida. E esquecer pra quê? Tem é que lembrar mais".

E o Kampriô, pra que serve? O velho Manoel Eugênio responde: "É um cachimbo de queimar o fumo. Pô-i é o fumo, Pô-a é a fumaça (na língua dos antigos). Pra chamar os encantos todos que tiverem junto com os Praiá, tem que fumar". A Jurema também é parte importante desse ritual. É depositada em um tacho e todos que estiverem reunidos têm de tomá-la para "chamar os encantos", pois ela "é um seguimento das forças encantadas". O Praiá dança sozinho. Somente no final da festa, uma dançadeira pega no braço ou na roupa dele e sai dançando.

O Poró é a casa onde se guarda os Praiá. Sobre ele, Manoelzinho (Bigode) lembra como, em 1981, conseguiu mobilizar os índios para impedir sua derrubada. Eram mais de 300 pessoas da região, que queriam derrubar a casa, alegando que o Poró estava atrapalhando uma rua, mas a Polícia Federal, que tinha sido chamada pelos invasores, evitou o conflito, posicionando-se em favor dos índios. Depois desta investida, nunca mais mexeram no Poró. "E ele vai ficar do jeito que tá", afirma Bigode. Os Pankararé sempre relacionam o assassinato do cacique Angelo Xavier com o Poró. Em janeiro de 1980, 11 dias antes de ser morto, o cacique Pankararé tentara levantar o Poró.

Os Pankararé têm muita história para contar. Histórias de assassinatos, de resistência quando foram proibidos de dançar, de encantos que ajudam a curar, da Jurema, que, quando ingerida, ajuda a chamar os encantos, ou do Kampriô, cuja fumaça também tem poderes. São muitas histórias que se misturam para formar uma só: a história de resistência dos índios no Nordeste.

Pankararé, uma história de luta

Há muito tempo, tanto que os índios não se lembram mais, na missão jesuíta de Nova Glória, sertão baiano, na margem esquerda do São Francisco, existiam os Pankarú. Presume-se que tenham vindo do litoral, fugindo da invasão branca. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil e devido ao avanço agropastoril, o grupo se dividiu e migrou. Parte atravessou o rio São Francisco e foi viver no local conhecido como Brejo dos Padres. Esta comunidade hoje é a dos Pankararú e tem aproximadamente 4.000 índios. A outra parte foi para o Brejo do Burgo, e passou a se autodenominar Pankararé. Até o início deste século, o segundo grupo viveu isolado, mas aos poucos os "brancos" foram chegando e passaram a ocupar terras na área destes índios, também chamados de "caboclos". Os Pankararé vaguejavam boi dos sertanejos, mas quando come-

çaram a se assumir como índios, os conflitos aguçaram. A partir daí, tiveram início as perseguições, principalmente de políticos locais, que sempre usavam o conflito em torno da terra para arrebanhar votos dos sertanejos. Os índios eram presos por manifestar práticas culturais que os diferenciavam da população: suas casas eram invadidas e as armas roubadas. O mais notório perseguidor de índios foi Artur Figueiredo, principalmente no final da década de 1960, quando era prefeito de Glória.

Entre 1975 e 1976, a Universidade Federal da Bahia firmou um acordo com a Funai para definir formalmente os povos indígenas daquele estado. Após o levantamento, que tinha sido feito em 1971, o antropólogo Carlos Alberto Caruso elaborou um relatório final, onde reconhecia os Pankararé como povo indígena. Foi então criado o Posto Indígena Pankararé, mas

a sede não foi construída devido às pressões de políticos locais. Além das pressões, eles ameaçam, através de seus jagunços, matar quantos caciques houver. As ameaças não ficam só em palavras: o cacique Angelo Pereira Xavier foi assassinado há quatro anos, por um jagunço até agora impune. O atual cacique, Manoel Pereira Xavier, recebe constantes ameaças e é vigiado, como seu finado pai.

Para quem vive em Brejo do Burgo, assumir-se como indígena é um ato político. Só metade da população o faz; os outros 40% (80% da população local são índios) negam sua identidade, para não ter de enfrentar pressões. A luta pela demarcação, que se intensificou em meados de janeiro pp., quando os índios começaram a fazer o trabalho por conta própria, está unindo pólos divergentes na comunidade e reforçando a consciência étnica.